

VERGONHA!

SENTENÇA DO TST ATACA DIREITOS DE PROFESSORES DEMITIDOS ILEGALMENTE

Na segunda-feira, 14/9, em Brasília, o Tribunal Superior do Trabalho mais uma vez demonstrou a quem serve a justiça brasileira. Depois de duas vitórias dos professores na justiça estadual, a Fundação São Paulo recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho contra a reintegração dos professores demitidos em 2006.

O resultado final foi favorável ao recurso da Fundação por quatro votos a dois. A princípio, a votação estava favorável à reintegração dos professores, porém, o ministro Márcio Eurico Vital Amaro pediu vistas ao processo e dois juízes recuaram e reviram o voto anteriormente favorável.

A sustentação oral dos professores demitidos foi feita pelo advogado do Sinpro-SP Ricardo Gebrin, enquanto que a Fundação São Paulo foi representada por Paulo Sergio João.

O TST não se pronunciou sobre o mérito da questão, visto que seria

muito difícil opor-se ao fato de que as demissões se deram ilegalmente. Mas os juízes usaram um artifício jurídico para se oporem à via escolhida (a coletiva) pelos professores para pleitearem sua reintegração. Dessa maneira, o Tribunal nega pura e simplesmente a possibilidade de se travar uma luta por um direito conquistado coletivamente pela sociedade.

Ironicamente, o TST não se pronunciou pela ilegalidade do movimento, simplesmente, de uma maneira disfarçada e preferiu decidir por não decidir.

CONSERVADORISMO

Novamente, o Tribunal Superior do Trabalho mostrou a falência do chamado Estado de Direito brasileiro, em que os trabalhadores via de regra são prejudicados, prevalecendo os interesses da classe dominante. Exemplos claros neste sentido foram-nos dados, nos últimos meses, pelo Supre-

mo Tribunal Federal que absolve figuras sinistras da vida política e empresarial brasileira como Daniel Dantas, enquanto criminaliza movimentos sociais, como o MST, e retira direitos de categorias profissionais, como os jornalistas, favorecendo os empresários da comunicação.

Embora a sentença enquadre-se em cânones jurídicos pré-estabelecidos é muito difícil acreditar-se que o TST tenha passado por cima de todo o julgamento ocorrido em 2006, quando, após uma brilhante defesa do advogado João José Sady, os juízes, por unanimidade, decidiram pela reintegração dos docentes.

A LUTA CONTINUA

A sentença do TST, porém, não significa uma derrota definitiva dos professores. Os advogados da APROPUC e do Sinpro-SP devem se pronunciar nos próximos dias

para definir novos encaminhamentos. Mas uma coisa é certa, ao excluir a via coletiva, a sentença do TST não elimina a possibilidade de que recursos individuais sejam impetrados pelos docentes. Assim, o departamento jurídico da APROPUC encaminha no sentido de que os demitidos que ainda não entraram com um processo individual que o façam o mais breve possível.

O **PUCviva** estará informando os próximos passos da luta dos docentes demitidos.

**Veja ainda
nesta edição**

**As reclamações
contra o
Restaurante
Universitário**
p.4

**As decisões do
Conselho de
Administração**
p.3

EDITORIAL

Santa Aliança

Na segunda feira, dia 14 de setembro, o Tribunal Superior do Trabalho "julgou" o Recurso Ordinário de Dissídio Coletivo impetrado pelo SINPRO/APROPUC, que reivindicava a Reintegração dos Professores, demitidos pela Fundação São Paulo, em 2005/2006, e pede provimento para declarar nulas as dispensas sem justa causa ocorridas nesta ocasião.

O resultado deste "julgamento" foi pela inadequação do Recurso pela "falta de interesse processual, em virtude da inadequação da via eleita e, no mérito, deram provimento ao recurso proposto pela Fundação São Paulo/PUC-SP para extinguir o processo sem apreciação do mérito". A decisão foi por maioria (com quatro votos pelo arquivamento, dois pelo julgamento do mérito e uma abstenção).

O resultado vem demonstrar o quanto o Estado e suas instituições jurídicas estão a serviço dos interesses privados e a morosidade com que são tratadas questões que põem em juízo a vida de professores, que se dedicaram anos a esta universidade e acabaram sendo tratados pelo formalismo de uma peça jurídica.

O TST ignorou a decisão das instâncias regionais, que por unanimidade reconheceram o mérito do processo, concedendo reintegração imediata a todos os demitidos.

Esse processo vem culminar um período, que se inicia com as demissões em massa nesta universidade. Como resultado de um acordo entre os Bancos, a Fundação São Paulo/PUC-SP e o Ministério Público (TAC), com o aval da Reitoria e segmentos dos professores, permitindo que "os donos" desta instituição se apresentassem

agora como os verdadeiros dirigentes, ou seja, a Igreja Católica Apostólica Romana.

As demissões em massa que ocorreram em 2005/2006 materializam a política administrativa de racionalização da PUC-SP. Implantada desde a época, onde a reforma dos estatutos e do regimento, que criaram uma Instância Superior de decisão - o Consad - esvaziam o papel dos órgãos colegiados no processo de gestão. Uma administração que coloca a PUC de São Paulo num caminho mercantil, numa racionalização instrumental produtivista.

A APROPUC sempre foi contrária a esta concepção de universidade que destrói o ensino e o trabalho. A via das demissões se concretizou num dos ataques mais profundos, somados a uma sucessão de deliberações e medidas que romperam e vêm destruindo as conquistas históricas desta universidade.

A PUC-SP foi referência nacional para o debate sobre o ensino no país. Pela autonomia universitária, por um processo democrático de gestão, pela defesa da unidade ensino, pesquisa e extensão, por uma carreira docente e por um contrato de trabalho por tempo.

O "julgamento" do TST, ocorrido no dia 14/9, sela um processo, em que seres humanos são tratados como coisas, dispostas por um formalismo conservador dos interesses do Estado, da Igreja e, mais uma vez, revela que a educação sob as mãos privadas só pode sobreviver pela via mercantil.

Este fato é uma clara demonstração da necessidade dos professores se organizarem na defesa do trabalho e do ensino.

Diretoria da APROPUC



GABRIELA MONCAU

Estudantes e professores acompanham o debate.

Jornalismo debate o fim do diploma

No dia 15/9, aconteceu um debate sobre a queda do diploma para exercício da profissão de jornalista, que contou com a presença de José Salvador Faro, do Departamento de Jornalismo, Marina Pita, da oposição do Sindicato dos Jornalistas e Caio Zinet, estudante de jornalismo e coordenador regional da Enecos (Executiva Nacional de Estudantes de Comunicação Social). A atividade foi organizada pelo Centro Acadêmico Benevides Paixão.

Marina Pita abriu o debate criticando a atuação burocratizada e institucional do Sindicato dos Jornalistas, que se afastou da base dos trabalhadores e não reflete sobre a conjuntura da profissão. "Para conseguir liberdade de expressão é preciso lutar contra o oligopólio dos meios de comunicação. Para conseguir melhores condições de trabalho é necessário unir-se à luta dos outros setores e regulamentar a profissão", afirmou.

Já o professor J. S. Faro acredita que a profissão de jornalista é a mais desregulamentada hoje no país, mesmo tendo uma das tarefas mais importantes na sociedade moderna. "Essa não regulamentação para uso livre do mercado, acaba por diminuir a qualidade do serviço", disse. "Com o

excesso de jornalistas contratados via CNPJ, se tornou comum a perda da identidade profissional e a desorganização da categoria", completou.

Para o professor, a sociedade civil precisa de profissionais bem qualificados para suprir as demandas sociais e políticas, e isso não vai ser conseguido através de cursos a curto prazo ou pós-graduações, mas sim de boa formação na graduação.

Caio Zinet explicou o posicionamento da Enecos, contrário à obrigatoriedade do diploma, ponderando a democratização dos meios de comunicação. Para a Enecos, a obrigatoriedade serve como instrumento para criminalização de movimentos populares de comunicação, como rádios comunitárias e jornais de bairro. Mas o estudante acredita que os argumentos utilizados pelo STF foram no viés da desregulamentação da profissão "A queda do diploma não é um fenômeno isolado. Todas as convenções e direitos trabalhistas foram atacados", comentou. Caio Zinet também falou da importância da boa formação acadêmica, para que o comunicador possa entender a sociedade em que vive e depois descobrir como nela atuar.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Cardoso de Almeida 990 – Sala CA 02 – Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8004 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo
Reportagem: Victor Sousa, Caio R. Zinet e Marina D'Aquino
Fotografia: Gabriela Moncau
Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães
Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas, Willis S. Guerra e Victória C. Weischtordt

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Consad decide sobre horas administrativas

O Conselho Superior de Administração (Consad) decidiu em reunião extraordinária, no dia 17/9, a atribuição das horas administrativas dos diretores, diretores adjuntos, chefes de departamento e coordenadores de curso. A decisão do conselho foi "no sentido de acatar os pareceres dos diretores de faculdade, mas dentro dos limites estabelecidos pela deliberação 001 do Consad".

A única exceção foi a Faculdade de Economia e Administração (FEA) em que os diretores e o diretor adjunto receberão acima da faixa determinada na deliberação, mas que para não quebrar o contrato receberão a partir do primeiro semestre de 2010 os valores previstos na tabela.

O novo quadro estabelece que os diretores de faculdade receberão 30 horas administrativas, diretores adjuntos de 20 a 30 horas, chefes de departamento 10 horas e coordenadores de curso de 5 a 20 horas.

A decisão entra em vigor para o pagamento de todo o segundo semestre, quando necessário será pago o valor retroativo. A decisão é válida para o atual semes-

tre e para o primeiro semestre de 2010, sendo necessárias novas rodadas semestrais para estabelecimento dessas horas, como disse o padre e secretário executivo da Fundação São Paulo João Júlio Farias

O Consad, responsável pela parte financeira da universidade, tomou apenas para si a discussão e em nenhum momento as instâncias acadêmicas da universidade, como o CEPE e o CONSUN debateram o assunto. Assim sendo a discussão feita acerca da atribuição de horas administrativas não leva em conta o aspecto pedagógico dessas horas, tomando-as apenas como uma questão financeira.

As atribuições do coordenador de curso, por exemplo, envolvem além de atendimento de alunos, participações em reuniões com o Ministério da Educação (MEC) e reuniões internas da universidade e não se resumem a questões administrativas do curso.

DEMAIS CARGOS

Os outros cargos que recebem horas administrativas continuam com a mesma quantia estabelecida para o



CAIO ZINET

Diretores da APROPUC e de diversas faculdades acompanham decisão do Consad sobre as horas administrativas

primeiro semestre de 2009.

A nova quantidade de horas será fixada em reunião do Consad na segunda quinzena de outubro, para "parametrizar os cargos antes das atribuições das aulas para o primeiro semestre de 2010", disse o padre e secretário executivo da Fundação São Paulo, Rodolpho Perazzolo.

RECURSO DA AFAPUC

A AFAPUC protocolou um recurso junto ao Consad para que o mes-

mo voltasse atrás em decisão anterior de não conceder bolsa a uma funcionária. Apesar disso o Consad negou novamente a bolsa

Além disso o Consad aprovou a colocação de um mural, feito em parceria com a SEDH (Secretaria de Direitos Humanos), em homenagem a luta dos estudantes da PUC-SP que morreram lutando contra a ditadura.

Dia 22/9 ocorrerá um evento na PUC-SP para inaugurar-lá (veja mais na página 5)

Funcionário apresenta sua defesa

O funcionário Cristiano Menezes apresentou, no dia 16/9, sua defesa à comissão processante. O conteúdo do documento tentará "demonstrar que nenhum dos fatos apresenta

sustentação" e, por essa razão, a defesa apresentou "um pedido de arquivamento do processo e que nenhuma pena seja aplicada", disse ao *PUCviva*, Rodrigo Priolli, advogado do

funcionário.

A partir de agora, a comissão tem duas semanas para apresentar seu relatório ao Conselho de Administração (Consad), prorrogáveis por mais 30 dias.

Após receber o relatório, o conselho julgará novamente o caso. O *PUCviva* continua acompanhando o processo e nas próximas edições noticiará o seu andamento.

Funcionários relatam problemas na refeição do Restaurante Universitário

Um funcionário, que não quis se identificar, procurou a AFAPUC - Associação de Funcionários da PUC - relatando ter encontrado um molusco na salada do restaurante Facultativo da PUC-SP. A denúncia foi comprovada através de uma foto (ao lado). A Associação se manifestou de imediato enviando uma carta à Reitoria (íntegra ao lado) e cobrando "providências no sentido de averiguar e solucionar um grave problema ocorrido no campus Monte Alegre". Vale lembrar que a PUC-SP paga o Vale Refeição de seus funcionários com descontos no Bandeirão.

O jornal *PUCviva* entrou em contato com a supervisora do restaurante, Andréia Silva, que confirmou a presença do molusco na salada. Segundo ela "É feito um procedimento de limpeza com cloro nas saladas, e a saladeira (responsável pela limpeza) não percebeu a presença da lesma. Mas isso não é comum", argumentou.

QUALIDADE DA REFEIÇÃO

Após tomar ciência das declarações, a AFAPUC se posicionou reiterando que o caso não é isolado e que não se pode culpar o funcionário pelo ocorrido. Segundo a Associação "Há diversos problemas que vão além da presença de insetos na comida. A sua qualidade também é muito questionada". Diversas pessoas relataram passar mal após comer no restaurante, e muitos funcionários

preferem trazer marmita a comer no local. O Pró-reitor de Cultura e Relações Comunitária, Hélio Deliberador, disse que lamenta o episódio e que assim que soube do ocorrido, solicitou à empresa Sunrise, responsável pela fiscalização de qualidade e higiene das comidas servidas na PUC-SP, um relatório sobre as condições do restaurante. Em seguida, a Reitoria se manifestará com mais propriedade sobre o assunto, tomando providências quanto à questão. Cabe lembrar que no início do ano, em 16/1, o jornal recebeu outras denúncias, como de um funcionário que passou mal após o almoço e um outro trabalhador que encontrou um objeto de cor preta, aspecto metálico, duro, com cerca de três centímetros dentro de seu omelete.

PROBLEMA NÃO É RECENTE

Não foi a primeira vez que o restaurante da PUC-SP sofreu denúncias como essa. Em dezembro de 2005, a PUC-SP rescindiu contrato com a empresa Urso Polar, que mantinha a concessão do Restaurante Universitário. Na ocasião, as acusações foram mais graves: cerca de 50 pessoas tiveram uma intoxicação alimentar. A universidade e o Ministério Público entraram na Justiça contra a empresa e venceram o caso. À época, foi criada uma comissão entre professores, estudantes, funcionários e Reitoria para escolha do novo restaurante.



Surpresa ingrata: lesma é encontrada em prato servido pelo Restaurante Universitário

O protesto da AFAPUC

A AFAPUC vem solicitar a V.S. providências no sentido de averiguar e solucionar um grave problema ocorrido no campus Monte Alegre. No último dia 15/9, recebemos a denúncia de que foi encontrada uma lesma em um prato do Restaurante Universitário.

Esta não é a primeira vez que fatos desta natureza são relatados à Associação. Pelo contrário são constantes as reclamações de objetos estranhos ou falta de qualidade da alimentação servida no campus, atingindo diretamente os funcionários desta casa, visto a dificuldade de ter almoço de boa qualidade e preço acessível à realidade do trabalhador da PUC-SP.

Uma vez que nem mesmo o Refeitório Universitário demonstra ser um ambiente digno para o trabalhador, sobra a ele, como única alterna-

tiva, trazer sua própria comida de casa, já que a refeição servida no Bandeirão não é confiável e apresenta objetos, substâncias estranhas, lesmas e outros insetos. É lamentável que o trabalhador da PUC-SP, em meio a tantas mudanças em que está sendo obrigado a se adequar, ainda passe por esse tipo de constrangimento.

Sendo assim, reiteramos o pedido de uma atenção às denúncias feitas quanto à qualidade do almoço servido no Bandeirão, bem como a possibilidade de juntos pensarmos em uma maneira de proporcionar uma melhor refeição ao trabalhador da universidade.

Sem mais, contamos com a atenção desta Reitoria.

Atenciosamente,

Francisco Cristovão
Presidente AFAPUC

Nova Revista PUCviva discute o Oriente Médio

Os associados da APROPUC começam a receber na próxima semana o nº 34 da Revista **PUCviva**. O tema central desta nova edição é o Oriente Médio, analisado sob os mais diferentes pontos de vistas, por professores da PUC-SP e de outras instituições.

O editorial da revista aborda o centro da questão ao afirmar que "os conflitos do

Oriente Médio, incluindo as guerras entre árabes e israelenses, não são provocados por questões éticas, religiosas ou culturais, mas são resultado de uma história concreta, iniciada com a divisão imperialista do Oriente Médio, a partir do século XIX".

O professor José Arbex Jr., do departamento de Jornalismo e diretor da APROPUC, debate o nacionalismo árabe, mergulhando com profundidade na história da região para desmistificar lugares comuns que com frequência circulam na mídia e no jar-

gão acadêmico.

O professor de Psicologia, Franklin Goldgrub, parte de uma outra premissa para discutir as conotações ideológicas que envolvem a crise do Oriente Médio, em *O conflito do Oriente Médio não cabe numa camisa de força ideológica*.

O ex-professor da PUC-SP Erson Martins, juntamente com o professor de História Sergio Augusto Brunetto, da Rede Estadual de São Paulo, analisam a situação do Irã e a eminente ameaça de uma intervenção imperialista no país. A questão do

Irã também é abordada pelo professor de História da USP, Oswaldo Coggiola.

Doutor em Ciências Políticas pela USP, Samuel Feldberg traça um quadro contemporâneo da realidade do Oriente Médio.

Também José Farhat, membro do Instituto de Cultura Árabe, traça um painel atual da região.

A revista conta ainda com artigos de Gershon Knispel, Samuel Feldberg, Waldo Mermelstein, Simone Ishibashi, Kalid Almair, Tariq Kader, Indra Habas, entre outros.

LANÇAMENTO

Uma mesa redonda, coordenada pelo professor José Arbex Jr., marcará o lançamento da nova edição da Revista **PUCviva**. O evento acontece no auditório 333, Prédio Novo do campus Monte Alegre, às 19h do dia 7/10. Estarão os professores Franklin Goldgrub, Psicologia

PUC-SP, Erson Martins de Oliveira, ex-professor da PUC-SP, Waldo Mermelstein, do conselho editorial da revista Outubro, Simone Ishibashi, editora da revista Estratégia Internacional, Soraya Misleh, jornalista e Arlene Clemesha, professora da USP.

O próximo número da Revista **PUCviva** abordará a Mercantilização do Ensino e Ensino à Distância, e a APROPUC já está recebendo contribuições daqueles que desejam participar da publicação.



PUC-SP homenageia mortos na luta contra a ditadura

A SEDH (Secretaria Especial para Direitos Humanos) e a PUC-SP organizam, no dia 22/9, a partir das 19h, em frente ao CAFil (Centro Acadêmico de Filosofia), homenagem aos mortos pela ditadura militar. Durante a atividade será lançado o

memorial a José Lessa, Maria Thomaz, Luiz Araújo, Carlos Pires Fleury, Cilon Brum e a todos estudantes da PUC-SP mortos pela ditadura militar. Estará presente no evento o ministro da SEDH, Paulo Vannuchi.

A iniciativa faz parte

do projeto Direito a Memória e à Verdade, que teve início em 2006 com o objetivo de recuperar e divulgar o que aconteceu no período da ditadura no Brasil, entre 1964 e 1985. São registros de um passado marcado pela violência e por vio-

lações de direitos humanos. Com o projeto foi organizado um livro sobre a ditadura que narra diversas histórias sobre os mortos e desaparecidos nos anos de chumbo. Além disso, foram organizadas algumas exposições pelo Brasil.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Correios entram em greve em todo país

Na terça-feira, 15/9, trabalhadores dos Correios de 22 estados e Distrito Federal entraram em greve, após as tentativas de acordo da Comissão de Negociação com a ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos). Os trabalhadores dos Correios reivindicam que as negociações do PLR (Participação nos Lucros e Resultados) sejam incluídas no Acordo Coletivo, incorporação de valores ao salário, reconhecimento e reposição das perdas salariais, fim da terceirização e contratações urgentes para manter um serviço público e de qualidade à população.

Outra pauta importante de reivindicação é o cumprimento do termo de compromisso do adicional de 30% sobre o salário dos carteiros, assinado pelo Ministro das Comunicações, Hélio Costa, no final do ano passado. Os trabalhadores dos Correios afirmam que receberam o adicional por apenas três meses e, no quarto mês, período de efetivação da gratificação, o pagamento não foi efetuado.

LUCROS EXORBITANTES

Na página virtual do Sindicato dos Trabalhadores de Correios e Telégrafos do Brasil (Sintenc) o presidente regional do Distrito Federal, Moyses Leme, avalia a situação. "Não era nossa intenção mergulhar em uma nova greve, mas o governo e a empresa forçaram esta situação. É inconcebível que uma empresa

com perspectiva de lucro de mais de um bilhão, segundo o próprio Hélio Costa, ofereça migalhas aos seus funcionários na hora de negociar um salário justo."

AUDIÊNCIA PÚBLICA

No primeiro dia de greve foi realizada uma Audiência

Pública que contou com a presença de Ministro das Comunicações, Hélio Costa, do presidente da ECT, Antonio Custódio, da Frente Parlamentar em Defesa dos Correios e outros deputados. Após um encontro foi realizada assembléia e decidida a continuidade da greve.

Os trabalhadores dos Correios também se reuniram com alguns deputados para mostrar o posicionamento contrário ao Projeto de Lei 3677/2008, dos deputados Régis Oliveira (PSC/SP) e Paulo Henrique Lustosa (PMDB/CE), que pede o fim do monopólio postal.

Povo hondurenho lança novo manifesto contra o golpe

A resistência do povo hondurenho ao golpe de Estado vem ganhando força. No dia 15/9, foi realizado um ato que percorreu as ruas de Cerro Grande e, segundo os organizadores da marcha, formou-se uma das maiores desde a implantação do golpe. A data coincide com a comemoração dos 188 anos de independência do México e dos Países da América Central, além dos 80 dias do golpe militar.

Aproveitando a oportunidade, a Frente Nacional Contra o Golpe de Estado de Honduras lançou um manifesto intitulado *Ao povo hondurenho e a todos os povos do mundo*. Confira alguns trechos:

"Nossa Pátria está em insurreição violenta contra o regime usurpador que assaltou com armas as instituições do Estado no dia 28/6, por isso, nenhuma comemoração de independência pode ser considerada. Hoje padecemos da mesma opressão do Império Espanhol, que por 300 anos impôs a cruz e a espada aos povos heróicos

que sobreviveram à barbárie.

O povo de Honduras está em pé de luta. Hoje celebramos oitenta dias de incansável resistência em todo o país pela restauração da democracia, o retorno do presidente constitucional Manuel Zelaya e a convocatória da Assembléia Nacional Constituinte.

(...) A Frente Nacional de Resistência contra o Golpe de Estado constitui a expressão organizada do povo hondurenho para o exercício do direito da desobediência a um regime surgido da força das armas, consagrado no artigo 3 da Constituição atual.

(...) A Resistência ao golpe de Estado Militar - a mais larga na história da América

Latina - segue crescendo, apesar dos assassinatos, torturas e prisões ilegais.

(...) O povo hondurenho, em resistência contra a violência dos usurpadores, proclama o desconhecimento do processo eleitoral com que pretendem legalizar a barbárie de 28/6 e convocam a nação a continuar rechaçando de forma ativa a mentira do Tribunal Eleitoral.

(...) Expressamos nosso agradecimento a todos os povos do Mundo e suas imensuráveis demonstrações de solidariedade com a nossa causa. Nossas lutas se agigantam, os usurpadores se vêem cercados pela humanidade: o triunfo está próximo".

O SITE DA APROPUC TEM AGORA ATUALIZAÇÃO DIÁRIA. SAIBA O QUE ESTÁ ACONTECENDO NA UNIVERSIDADE E NOS MOVIMENTOS SOCIAIS ACESSANDO

www.apropucsp.org.br

Dois reitoráveis de oposição na USP

No processo de eleição para a Reitoria da USP, Chico de Oliveira e Francisco Miraglia lançaram candidaturas de oposição. A candidatura do sociólogo Chico de Oliveira é na verdade uma anti-candidatura, pois ele não pode assumir ao cargo por ter a aposentadoria compulsório, com mais de 70 anos de idade e porque não concordaria em sentar-se na cadeira de reitor com a estrutura de poder da USP. Já a candidatura de Miraglia é oficial.

No seu manifesto de candidatura, Francisco Miraglia afirma que "A universidade de São Paulo encontra-se desvinculada das questões sociais do país, burocratizada e enrijecida em uma estrutura autoritária, que desrespeita o conjunto das pessoas que nela trabalham e estudam. Afastou-se de um ensino que possibilite aos profissio-

nais, por ela formados, espírito crítico e preocupação com os objetivos e a destinação do seu trabalho. A USP encontra-se alheia do debate e alijada da peleja para a construção de um projeto democrático e republicano de desenvolvimento social para o Brasil e, por meio da estrutura de poder centralizada e autoritária vigente, alinha-se cada vez mais com os interesses das elites dominantes do país. Seus principais executivos defendem ideias inteiramente tecnocráticas de reforma, administração e "eficiência".

Em entrevista à página virtual Rede Brasil Atual, Chico de Oliveira afirma que sua candidatura é um protesto rumo a democratização da universidade. "O intuito é chamar a atenção para o processo de democratização mais ampla da USP. Eleição direta

pode ser um elemento para isso, mas nossa intenção é abrir uma discussão sobre a universidade, que está muito relegada pela própria sociedade e se debate sozinha dentro dela. Evidentemente, as forças que têm mais poder controlam o processo", comenta. "O paradoxo é que a USP é muito poderosa. Primeiro, tem um orçamento muito importante, que talvez seja maior que o de parte dos estados brasileiros. Ela

não é pouca coisa. Depois é a principal universidade brasileira na produção de conhecimento. Isso é muito bom para os cursos que controlam a universidade. É uma grife muito poderosa e é isso que as fundações privadas estão fazendo dentro da USP: com um trabalho barato de pesquisadores, funcionários e até mesmo estudantes. Essa estrutura de poder é muito interessante para eles todos", diz Chico Oliveira.

Serviço Social lança manifesto contra Ensino à Distância

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, o Conselho Federal de Serviço Social, os Conselhos Regionais de Serviço Social e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social, reunidos entre os dias 6 e 9/9, no 38º Encontro Nacional, lançaram a Carta Aberta aos Estudantes e Trabalhadores dos Cursos de Ensino à Distância no país, manifestando sua opinião a respeito do tema. Confira:

"(...) É legítimo o anseio dos estudantes de ter acesso ao ensino superior, num país onde 51% da População Economicamente Ativa (PEA) não tem emprego com contrato de trabalho e 15% não tem ocupação. O ensino superior tem sido um privilégio de poucos, sendo mais de 80% oferecido em instituições privadas. Esta é a condição da oferta de vagas presenciais e de emprego propiciada por um projeto de nação que não atendeu historicamente aos anseios das maiorias. Este direito, no entanto, deve ser alcançado com qualidade e condições de oferecer aos estudantes formação crítica que os prepare não apenas para o exercício

profissional, mas também amplie as condições de atuar em um mundo cada vez mais complexo (...)"

"(...) O ônus da política educacional que vem sendo feita por sucessivos governos não deve recair sobre os estudantes e trabalhadores envolvidos com Ensino à Distância, e muito menos sobre as entidades de Serviço Social. Nossa tarefa é cobrar do Estado, especialmente do Ministério da Educação a igualdade de acesso ao ensino superior presencial para todos e a garantia da qualidade da oferta. Reafirmamos nossa posição contrária à modalidade de ensino de graduação à distância em serviço social. Convidamos os estudantes e trabalhadores para se somarem à luta histórica em defesa do ensino público, universal, gratuito, presencial, laico e de qualidade. Cobramos do MEC a ampliação de vagas com qualidade para atender a demanda por ensino superior no Brasil. Convocamos, por fim, o debate público, democrático e respeitoso sobre essa questão, parametrado pelos princípios que norteiam o Serviço Social brasileiro (...)"

PROFESSOR(A)

**FILIE-SE À
APROPUC**

COMPROMISSO COM A CATEGORIA

VENHA À SEDE DA APROPUC:
RUA BARTIRA, 407
OU PELO ENDEREÇO ELETRÔNICO
WWW.APROPUCSP.ORG.BR

ROLA NA RAMPA

Professor de Direito da PUC-SP lança livro

O diretor da APROPUC, Leonardo Massud, lança seu livro *Da pena e sua fixação: finalidades, circunstâncias judiciais e apontamentos para o mínimo legal*, no dia 29/9, das 19 às 22h, na Livraria da Vila, localizada na Alameda Lorena, 1731. O livro faz uma abordagem histórica das punições, desde a pena de morte, passando pelas res-

trições de liberdade, até as pecuniárias restritivas de direitos e penas alternativas à prisão. O trabalho se propõe a fazer uma reavaliação do processo em duas fases: a apuração da responsabilidade e a fixação da pena. O livro apresenta propostas e alternativas para mudar o padrão de definição da pena.

Oficina sobre estágio e formação profissional em Serviço Social

Acontece no dia 23/9, das 9 às 17h, na sala 333, a oficina regional *Desafios do Estágio e da Pesquisa para a Formação Profissional, e a Produção de Conhecimento no Serviço Social*. A abertura ocorre as 9h, com a presença da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), do CRESS-SP (Conselho Regional de Serviço Social) e da ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social). Durante o evento acontece-

rão diversas mesas de discussão, com o objetivo de qualificar o debate sobre a formação profissional, bem como apontar suas conquistas, limites e desafios de subsidiar, fomentar e socializar a discussão da política nacional de estágio. A oficina também visa reafirmar as diretrizes curriculares da ABEPSS e criar estratégias coletivas para a construção da política de estágio do Curso de Serviço Social, tendo como base a Política Nacional de Estágio da ABEPSS.

Semana Oficina do Corpo

Entre os dias 21 e 26/9, ocorre a Semana Oficina do Corpo, com a presença do psicólogo conveniado da AFAPUC, Sylvio Rocha. Durante a semana, até o dia 24/9, acontecerá orientação psicológica com encontros individuais e custo de R\$15. O evento segue com palestras e

vivências, a custo de R\$10 por atividade. Os filiados à AFAPUC e Unafisco Sindical receberão consultas de orientação psicológica gratuitamente. As atividades ocorrerão na rua João Ramalho, 699, casa 2. Inscrições e outras informações, pelo telefone (11) 3864-1325.

Falta de salas gera confusão na Cogee

A falta de organização da universidade causou briga entre dois professores na Cogee, que tiveram aulas agendadas para o mesmo horário, local e data. A professora que estava na sala ministrando aula se re-

cusou a sair e ocorreu uma confusão. Os dois professores tinham documentos da universidade garantindo a reserva da sala. Fatos como esse deixam cada vez mais clara a debilidade da infraestrutura da PUC-SP.

Anti-programa do Nu-Sul

O Nu-Sol continua com o seu anti-programa televisivo na TV PUC, e o tema do próximo episódio, dia 24/9 é o *intempestivo*. No dia 1/10, o tema da vez será *anarquia 2 a 2*. O

Anti-programa é transmitido pelo canal universitário, sempre as quintas-feiras, às 20h. O programa também vai ao ar também no site tv.nu-sol.org.

Semana de Educação discute a Conae

Entre os dias 21 e 23/9 acontece a Semana de Educação, promoção do curso de Pedagogia da PUC-SP. O tema deste ano é a Conferência Nacional de Educa-

ção - Conae. Os debates ocorrem na segunda-feira, 21/9, às 7h30, e 23/9, quarta-feira, às 18h50, no Prédio Novo. Os participantes terão direito a certificado.

Evento debate questão indígena

O programa Pindorama, em conjunto com o Museu da Cultura, organiza o evento *Retomada indígena II - Da Aldeia à cidade*. As atividades começam no pátio do museu no dia 21/9, às 18h30, com a abertura da exposição *Trançados* e de uma exposição de fotos de indígenas em São Paulo.

Após a abertura ocorre apresentação de Toré (dança ritual) com indígenas Wassu-Cocal. As atividades continuam até o dia 25/9, com debates e apresentação de filmes. Maiores informações no e-mail museudacultura@pucsp.com ou no site www.pucsp.br/facsoc/museucultura.

Debate sobre universidade

Dia 23/9, às 18h, ocorre uma mesa redonda no Museu da Cultura para debater a universidade no contexto internacional. Os con-

vidados para o debate são os professores Edgar Carvalho, Edson Passeti, Luís Wandewrley e Paulo Resende.

Moção de apoio da APROPUC

Chegou ao conhecimento da APROPUC à deliberação da Assembléia de Moradia da Unesp Araraquara, que expulsou um morador acusado de assediar

moral e sexualmente residentes da moradia. A associação manifestou seu apoio à decisão e repudia qualquer ato de opressão às mulheres.